

DOUTORES, MAS PARA QUE?

José Chrispiniano
Jornalista

O crescimento acelerado do número de doutores, mais rápido do que a abertura de vagas para docentes em universidades, tem levado a uma competição intensa pelas vagas abertas em novos concursos e dificuldade de doutores em encontrar emprego. Mas ainda é pequeno diante da demanda de graduação e pós-graduação em instituições públicas. Doutores demais? Ou falta de planejamento e investimento para aproveitar pesquisadores qualificados?

Números da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes): em 2005, 43.800 alunos estavam matriculados em cursos de doutorado no Brasil. Números do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep): no mesmo ano, havia 62.510 doutores em atividade como professores no sistema de ensino superior do país — que compreende instituições públicas e privadas. Deste total, 40.597 estavam no setor público.

Constata-se, portanto, que o número de pessoas cursando doutorado já correspondia a cerca de dois terços do total de doutores empregados no ensino superior do país, e já superava o total dos doutores que lecionavam nas instituições públicas. Em 2006 foram titulados 9.365 doutores. Em seis anos o Brasil se-

ria capaz de dobrar o número de doutores que lecionam e pesquisam nas universidades do país — mais desejado destino de emprego dos pós-graduados nacionais e a principal razão da criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundada em 1951 não como coordenação, mas como “Campanha” justamente para ampliar e qualificar o sistema universitário brasileiro. Seria uma boa notícia a formação de tantos doutores no Brasil, se os investimentos finais na expansão da pesquisa e ensino, ou mesmo no setor privado, estivessem sendo capazes de absorver esta força produtiva altamente qualificada.

O professor Paulo Rizzo, que foi presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN) na gestão 2005-2008, entende que o problema não pode ser visto como excesso de pós-gra-

duados. “Na verdade, o número de doutores não é grande para as necessidades do país. Pode parecer grande para o que o mercado absorve, mas não é para o que o país precisa. Nós ainda somos um país com baixa formação universitária. Quem financia a pós-graduação é o Estado. Ele depois proclama que formou ‘x’ doutores, mas o doutor é usado para que? É um desperdício se ele é dispensado e não trabalha usando os conhecimentos dele”.

Após observar que faltam dados sobre a demanda de doutores, Marco Antonio Raupp, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), destaca a inexistência de empregos estáveis na área de pesquisa. “A maioria das vagas possíveis está em instituições públicas, que têm tido muita dificuldade de abrir concurso. Então tem se utilizado a bolsa de pós-doutorado e programas de pesquisa, como os da

Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com a contratação temporária, por projeto, dos doutores”, afirma. “O setor privado emprega muito pouco, então os doutores acabam continuando como bolsistas. As empresas têm que ser estimuladas a ter programas de pesquisa e contratar doutores”, propõe. “E tem que haver um aumento dos programas governamentais em pesquisa, principalmente em novas áreas como na Amazônia, no Centro-Oeste e no Nordeste. Há um amplo potencial de desenvolvimento de atividades de pesquisa que poderiam empregar doutores de forma permanente.”

Professor no campus de Marília da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Unesp), o cientista político e historiador Marcos Del Roio compara sua própria experiência de entrada na Unesp com a situação atual, para demonstrar a recente transformação na condição de emprego e natureza do doutorado. “Quando passei no concurso, era doutorando e havia só quatro inscritos. Eu concluí o doutorado em 1995, devo ter sido um dos 100 primeiros doutores em ciência política no país. Quantos existem agora? Há uma enxurrada, produzidos na USP, Iuperj, Unicamp etc.”

Para Del Roio, as mudanças ocorridas na pós-graduação nos anos 1990 agravaram o problema. “O perfil do doutor mudou. Há uma tendência de se formar um número muito grande em pouco tempo, em três, quatro anos. Isso significa que a qualidade das teses é inferior e as pessoas se formam mais novas. Isso foi feito para aumentar a quantidade de doutores para mostrar para as agências

internacionais, para fingir que cresceu a produção intelectual. O que posso dizer que, ao menos nas áreas onde atuo, ciências sociais e história, não aconteceu. Porque as obras até os anos 1980 eram mais marcantes e tinham maior interlocução social. Mudou o foco com trabalhos mais rápidos, em maior quantidade e de uma qualidade menor. Como o crescimento das universidades públicas é vegetativo e acontece em cima da exploração maior do corpo docente já existente, a disputa por vagas nos grandes centros aumentou.” Ele cita como exemplo a inscrição de 95 doutores em sociologia para um concurso



Paulo Rizzo

“Como o crescimento das universidades públicas é vegetativo e acontece em cima da exploração maior do corpo docente já existente, a disputa por vagas nos grandes centros aumentou. Os doutores não querem sair dos grandes centros”, conclui Del Roio, da Unesp

na Universidade Federal de São Paulo, no novo campi de Guarulhos.

O problema de “engarrafamento” de doutores ocorre principalmente nas grandes universidades, que têm os mais tradicionais programas de pós-graduação e a melhor estrutura para pesquisa. Principalmente em São Paulo, onde está quase metade dos doutorandos; onde além dos recursos federais há as verbas da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp); e onde a expansão do corpo docente das universidades estaduais não ocorre no mesmo ritmo que o das universidades federais, cuja abertura de

concursos tem sido apontada como válvula de escape para a saturação do mercado de trabalho de novos doutores, ainda que disputada e insuficiente (**leia texto à p. 51**).

“O grau de competição por vagas nas públicas dá uma idéia de como uma porcentagem grande dos inscritos tem uma boa qualificação. Mas eles não querem sair dos grandes centros”, relata Del Roio, relatando que cinco vagas de história recém-abertas em Goiânia dificilmente atrairão doutores localizados em São Paulo. “Hoje eu diria para um jovem doutor se dirigir a áreas ‘de fronteira’ como o oeste do Paraná,

em estaduais como as de Londrina e Maringá, e a enxurrada de concursos das federais, já que as estaduais de São Paulo não abrem vagas”.

O professor Ronaldo Eustáquio de Souza, coordenador da pós-graduação do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG-USP), explica os possíveis destinos dos pesquisadores doutorados pelo programa: “Alguns conseguem no exterior, outros vão para instituições federais, por exemplo, para o Mato Grosso. O mercado em São Paulo é mais restrito, e fora há mais federais que se dispõem a absorver doutores da nossa área.

Mas nem todos querem ir. Também há absorção em algumas privadas, como a Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul) e a Universidade do Vale do Paraíba (Univap)”. A exigência dos

concursos tornou-se mais alta. Muitos só conseguem vaga hoje após o pós-doutorado. “Tem uma parte dos nossos doutores que passam pelo pós-doc, e normalmente a colocação deles no mercado se dá depois disso”.

O futuro incerto diante do cenário de crescentes dificuldades exerce pressão imensa na vida do pós-graduando. O número de bolsas disponíveis continua pequeno, havendo enorme número de mestrandos e doutorandos sem-bolsa. Os valores das bolsas ainda estão defasados, embora seu poder aquisitivo tenha



Allan Aroni

Daniel Garcia

Sem um planejamento da pós-graduação e ampliação do número de vagas e condições de pesquisa, ela vai se manter restrita e a ao mesmo tempo não se conseguirá que os formados trabalhem nas suas áreas. O pior problema é a falta de planejamento”, critica Allan Aroni, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG).

Aroni acredita que muitas vezes a seleção de alunos e os motivos de desistência têm mais componentes sociais do que de competência acadêmica, pela dificuldade de realizar a pesquisa e docência como projeto de vida. “O filtro da pós-graduação

aparenta que há uma seleção dos melhores estudantes. Mas a verdade é que a maioria das pessoas tem competência. A questão não é essa, mas quem consegue se manter na condição de

estudante sem ter remuneração digna, ou se manter com uma mesada do pai. Às vezes, estudantes muito bons acabam abandonando porque não têm condições ou perspectivas. Acabam desistindo da carreira pelas dificuldades”. O medo de chegar a uma idade avançada sem vínculo empregatício afasta pessoas que gostariam de fazer o doutorado.

Nas áreas cuja pesquisa depende de mais equipamentos, a situação dos doutores que orbitam em torno dos principais laboratórios mas não estão empregados em universidades é bastante comum, como relata

“A expansão nas federais prioriza a graduação e pouca pesquisa. Então os doutores que estão em lugares distantes passam o tempo todo tentando ir para os grandes centros, porque não têm estímulo para a pesquisa”, diz Paulo Rizzo, do Andes-SN

crescido após os reajustes concedidos por CNPq, Capes e Fapesp. Não é tarefa simples completar um percurso de 10 anos ou mais sem vínculo empregatício, sem benefícios trabalhistas, em ambiente altamente competitivo e sem garantia de exercer depois disso a carreira acadêmica de ensino e pesquisa.

“Nós somos 120 mil pós-graduandos. Na graduação são 4,5 milhões. Então a pós-graduação é um funil muito grande. Ainda é muito restrita. Só pode fazer quem consegue postergar a entrada no mercado de trabalho ou quem tem bolsa.

Soraya Smailli, professora de farmacologia na Unifesp. “Eles trabalham em volta do laboratório, com bolsa de *pós-doc*, mas sem vínculo, esperando uma vaga. Preferem do que ocupar cargos abertos em outros Estados, como o Piauí, por exemplo. Quem sai, acaba dando um jeito de fazer pesquisa. Hoje, em comparação com a década de 1990, quando eu fazia doutorado, existem outros centros se desenvolvendo no país, no Nordeste e no Norte, com o direcionamento de verbas federais para a pesquisa onde a situação era mais precária. Mas o aumento de verbas não é suficiente”.

Apesar de as novas vagas estarem na maior parte no interior, ou em capitais distantes dos principais centros urbanos, Rizzo considera que o caminho inverso, das uni-

versidades mais distantes para os grandes centros, continua sendo o objetivo de muitos daqueles que passam nos concursos: “A expansão nas federais tem como prioridade o curso de graduação e pouca pesquisa. Então os doutores que estão em lugares distantes passam o tempo todo tentando ir para os grandes centros. Acontece isso em Tocantins, no Amapá... Porque eles não têm estímulo para a pesquisa. CNPq, Capes e Finep ainda estimulam o centro. A Unifesp tem mais condições de pesquisa das doenças tropicais do que as universidades

da Amazônia. Um potencial enorme de conhecimento brasileiro é prejudicado pelas desigualdades regionais.” Apesar de CNPq e Finep terem adotado fatores de compensação em muitos dos seus editais, a concorrência com os centros dotados de maior estrutura e tradição ainda é um obstáculo a uma descentralização da pesquisa.

Aroni adverte que o modelo de expansão das universidades federais traz novas preocupações: “Têm sido abertas vagas nas federais, mas o Reuni [Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais], do governo

são das federais não são vinculadas: podem desaparecer de um ano para o outro. A Unifesp partiu em poucos anos da estrutura da antiga Escola Paulista de Medicina para quatro novos *campi*: em Guarulhos, São Bernardo, Diadema e São José dos Campos. E recebeu um terreno do MEC para construir um outro em Osasco. Nenhum deles, ao que tudo indica, vocacionado para o tripé ensino (com qualidade), pesquisa e extensão.

Tanto Rizzo quanto Aroni acreditam que a questão da falta de verbas e das dificuldades em absorver os doutores indica a inexistência de

“A perspectiva privada é cruel. Os docentes ficam nas mãos dos proprietários, e em geral falta o mínimo de democracia”, sintetiza Soraya Smaili, da Unifesp. “Os padrões estão diminuindo o número de mestres e doutores e aumentando o número de horas-aula”, diz Luiz Barbagli, do Sinpro-SP

um projeto nacional por parte do poder público, que não sabe lidar com a rápida expansão de doutores, que ele mesmo estimula. “Precisaria haver uma política pública que de fato investisse na pro-

dução de conhecimento”, diz o presidente do Andes. “Falta um projeto de país que tenha necessidade de um plano de ciência e tecnologia. Não existe um projeto mais amplo que faz com que as pessoas possam trabalhar na especialidade em que elas se formaram na universidade”, completa Aroni.

federal, pretende aumentar o número de alunos por professor. Isso não é um problema hoje, mas pode vir a ser no futuro. A maneira como está acontecendo a expansão de vagas, sem melhorar as estruturas, está aumentando a pressão sobre as federais”. Para o presidente da ANPG, o governo está tentando lidar com a ampliação do ensino médio, e a conseqüente demanda para a ampliação da universidade pública, sem aumentar os recursos como deveria.

Soraya, da Unifesp, acrescenta uma outra complicação. Muitas das verbas que estão bancando a expan-

ção de conhecimento”, diz o presidente do Andes. “Falta um projeto de país que tenha necessidade de um plano de ciência e tecnologia. Não existe um projeto mais amplo que faz com que as pessoas possam trabalhar na especialidade em que elas se formaram na universidade”, completa Aroni.

Atualmente, para ser considerada uma universidade segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), uma instituição precisa ter apenas 30% de mestres *ou* doutores no seu corpo docente. Assim, é possível que uma instituição seja

Daniel Garcia



Marina Nóbrega

legalmente considerada uma universidade, para todos os fins, mesmo sem contar com um único doutor, enquanto os concursos de admissão nas instituições públicas, devido à concorrência, já exigem às vezes o título de pós-doutor. O tratamento generoso concedido pela LDB aos empresários do ensino, bem como fatores correlatos — a inexistência de estabilidade no emprego, inexistência de autonomia para pesquisar, foco exclusivo na docência (mas em regime de contratação por hora-aula e não integral) e pouco investimento em equipamento — fazem da maioria das instituições privadas uma opção de trabalho inóspita e precária, inclusive para os doutores. Pior: *especialmente* para os doutores.

Não há muita viabilidade para pesquisa nesse ambiente, opina Soraya. “A perspectiva privada é muito cruel, com sérios problemas, longe até de serem civilizados. Os docentes ficam nas mãos dos pro-

Número de cursos e alunos de doutorado no Brasil

	2003	2005
Cursos	986	1.097
Novos cursos	63	94
Alunos matriculados	40.213	43.800
Alunos titulados	8.094	10.261
Bolsas concedidas *	9.615	10.261
Investimento em bolsa	R\$ 116.689.032,97	R\$ 141.608.389,00

Fonte: Capes

Número de cursos e alunos de doutorado em São Paulo

	2003	2005
Cursos	413	440
Novos cursos	14	11
Alunos matriculados	20.140	20.348
Alunos titulados	4.489	4.800
Bolsas concedidas *	3.542	3.980
Investimento em bolsa	R\$ 40.925.422,79	R\$ 52.923.525,00

Fonte: Capes

Distribuição dos docentes do ensino superior por tipo de IES (2005)

	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Notório saber
Privada	20.733	63.201	57.196	20.092	25
Pública	40.597	27.461	15.016	7.704	15
Total	61.330	90.662	72.212	27.796	40

Fonte: Inep

Distribuição dos titulados por região

	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Notório saber
Centro-Oeste	3.761	7.448	7.887	2.270	9
Nordeste	8.414	14.267	13.294	4.354	5
Norte	1.750	4.104	4.904	1.262	2
Sudeste	32.919	39.907	30.570	15.253	20
Sul	11.774	20.568	13.899	4.150	4
Total	58.618	86.294	70.554	27.289	40

Fonte: Inep

Distribuição dos titulados por tipo de IES

	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Notório saber
Centros universitários	4.347	14.607	10.820	3.567	3
Universidades	50.544	51.360	30.829	15.437	20
Faculdades	7.619	30.694	33.113	9.525	17
Total	62.510	96.661	74.762	28.529	40

prietários, não há autonomia de um corpo que defina a linha de pesquisa, e em geral falta o mínimo de democracia”, sintetiza. “No fim dos anos 1990 algumas universidades privadas até fixaram doutores e laboratórios, porque isso começou a contar pontos para ter cursos de pós-graduação e obter verbas da Capes e de pesquisa, principalmente da Fapesp. Mas agora elas estão demitindo em massa”.

Luiz Antonio Barbagli, presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP), relata a desvalorização, nos últimos dez anos, do título de doutor nas universidades privadas, referindo-se à distinção legal entre universidades, centros universitários e faculdades: “O número de profissionais subiu e as universidades conseguiram reduzir o salário. As pessoas que conseguem a titulação às vezes não conseguem o aumento equivalente e até podem perder o emprego. Isso acontece há uns quatro anos. A idéia da lei era uma convergência das privadas para o conceito de universidade. Mas os padrões foram mudando o conceito e adotando cada vez mais o professor horista, a hora-aula. Estão diminuindo o número de mestres e doutores, criando novos planos de carreiras e aumentando o número de horas-aula.”

Como o nome indica, o professor horista recebe apenas pelo número de horas-aula concedidas. Em São

Paulo, segundo os dados do Sinpro, os valores da hora-aula variam de R\$ 87,98 na Fundação Getúlio Vargas até R\$ 13,38 na Universidade Paulista (Unip). A LDB exige que ao menos um terço dos docentes de uma universidade trabalhe em tempo integral. Só 37 das 86 universidades privadas do país cumprem esta exigência, de acordo com avaliação do próprio MEC. “Houve um erro de credenciamento dessas instituições como universidades. No governo Fernando Henrique Cardoso, foi criado o centro universitário, para educação sem pesquisa. Para creditar

“Muitos pós-graduandos reclamam que quando as particulares descobrem que eles têm doutorado, ou estão fazendo, os demitem. E as particulares têm força muito grande no Conselho Nacional de Educação e no MEC”, denuncia Allan Aroni, da ANPG

como universidade, tinha que ter exigido pesquisa. Creditadas ‘no escuro’, mesmo sem ter pesquisa, elas se acomodaram. E se você não tem doutor e regime integral, não tem pesquisa nem qualificação permanente. Tem em poucas, como nas PUC, no Mackenzie, na Fundação Getúlio Vargas, mas são instituições antigas.”

Mas se muitas privadas não têm intenção de fazer pesquisa, ou de assumir os custos das exigências da LDB, porque querem tanto ser ou se manter universidades? Porque as universidades têm autonomia para emitir diplomas, criar *campus* (no caso, “filiais” seria a denominação

adequada) e criar cursos. Como diversas empresas do setor estão abrindo seu capital na Bolsa de Valores e buscam ganhos de escala, ser universidade é um diferencial “de mercado”. Até hoje, o MEC nunca retirou de instituição alguma o status de universidade.

Tal situação de absoluto descontrole das práticas dessas instituições privadas criou um paradoxo bem brasileiro: docentes que nelas trabalham cursam doutorado em outras instituições às escondidas dos empregadores, e correm o risco de serem demitidos assim

que obtiverem a titulação. É a instituição privada atacando a qualificação, desmoralizando os esforços da Capes. “Muitos pós-graduandos reclamam que quando as particulares des-

cobrem que eles têm doutorado, ou estão fazendo, os demitem. E as particulares têm força muito grande no Conselho Nacional de Educação e no MEC”, denuncia Aroni. “Alguns professores chegam a esconder o doutoramento”, confirma o professor Diorge Konrad, presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria.

Um projeto de lei do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) propõe uma alteração na LDB para considerar uma instituição universidade apenas se tiver um mínimo de 25% do seu corpo docente formado

por doutores (e 50% de doutores ou mestres). Nas universidades (públicas e privadas), que deveriam fazer ensino, pesquisa e extensão, os doutores constituem, pelos dados de 2005, apenas 34% do corpo docente, sendo que o setor público responde por 27,2 pontos percentuais e o privado por 6,8 pontos percentuais. Na justificativa do projeto, Virgílio aponta que, em 1996, “mesmo algumas universidades públicas, federais inclusive, poderiam ter dificuldades em recrutar um terço de seus docentes com titulação adequada ao magistério superior”, mas que atualmente “existem mestres e doutores em profusão, a tal ponto que algumas universidades se dão a prerrogativa de abrir concursos de ingresso somente para portadores de diplomas de doutorado”. Ademais, acrescenta, “a forma como foi redigido o artigo 52 dá a oportunidade para que se credenciem universidades sem um único doutor, o que parece um absurdo, na perspectiva da obrigatoriedade de tais instituições construírem novos conhecimentos e fazerem avançar a ciência.”

Mesmo que seja alterada a LDB para que se estabeleça um mínimo de doutores nas instituições privadas, os contratos horistas, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a falta de autonomia e apoio de longo prazo dificultam a existência de um ambiente acadêmico propício para aproveitar os doutores formados no país.

No fim dos anos 1990, o casal de pesquisadores Marina e Francisco Nóbrega deixou o Instituto de Biociências da USP para instalar um núcleo de pós-graduação de ponta na

SILÊNCIO DA CAPES

A assessoria de imprensa da Capes foi contatada repetidas vezes entre 25 de abril e 25 de junho, para que providenciasse uma troca de pontos de vista entre o repórter e diretores da coordenação, ou ao menos respondesse a perguntas enviadas por e-mail em junho, sobre a escassez de empregos qualificados para os doutores formados no Brasil, e possíveis soluções e medidas para resolver o problema. Contudo, até o fechamento desta edição a Capes não se manifestou.

Univap, em São José dos Campos. Transferiram para lá seu laboratório, montaram um programa de ciências biológicas e trabalharam com pesquisas na Univap entre 1998 e 2007. “Teve equipes enormes para pesquisar o genoma de câncer. Um sistema de pesquisa competitivo e bastante estimulante, dentro da rede coordenada pela Fapesp. A gente veio tentar implantar a pesquisa em uma universidade privada, que em teoria é uma fundação filantrópica”, recorda Marina. “Nós servimos de grife dentro da Univap por muitos anos. Havia um diferencial de tratamento entre o resto do corpo docente e nós. Estávamos tão envolvidos que nem percebíamos essa diferença. A gente tentou deslocar nosso laboratório ao perceber como eles lidam com os doutores. Nós queríamos sair desse domínio privado para o público, para não deixar esse patrimônio de equipamentos e pesquisa nas mãos do dono/reitor da Univap.”

Não houve tempo para isso. Em 2007, Marina e a maior parte da sua equipe foram demitidas durante a hora do almoço. Desde então, ela está impedida até mesmo de

recuperar suas anotações no laboratório. Financiado pela Fapesp, o equipamento de pesquisa está agora de posse da Univap. “Eles usam o academicismo para pegar recursos da Fapesp, da Finep, mas o professor é contratado pela CLT, esquema de ‘peão’, e eles usam o mesmo procedimento de qualquer empresa para tirar o máximo de lucro. Não respeitam a formação dos doutores, que dão cursos que não têm nada a ver com suas áreas”. Desse modo, uma professora com pós-doutorado em filogenia foi colocada para dar aulas de método científico para alunos de Direito. “Hoje esta menina está trabalhando nos Estados Unidos”.

Ao recordar sua própria experiência de pós-doutorado no exterior, Soraya lembra que, no final da sua pesquisa, foi convidada para ficar na Europa. “Eu fui com vínculo, voltei e apliquei em pesquisa e ensino. Esse é o cenário ideal. Mas se eu fosse para o exterior sem vínculo, e recebesse um convite para ficar, sem ter uma garantia de emprego no Brasil, talvez não tivesse voltado. E isso deve acontecer ainda mais hoje”.